



## ANAIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR

Vol. XV (2014)

ISSN 0874-9671 (impresso/print)

ISSN 2795-4455 (electrónico/online)

Homepage: <https://revistas.rcaap.pt/aham>

---

**Mariana P. Candido, *An African Slaving Port and the Atlantic World: Benguela and its Hinterland*. Nova York: Cambridge University Press, 2013, 388 pp. ISBN 9781107529748**

Gustavo Acioli Lopes 

---

### Como Citar | How to Cite

Lopes, Gustavo Acioli. 2014. «Mariana P. Candido, *An African Slaving Port and the Atlantic World: Benguela and its Hinterland*. Nova York: Cambridge University Press, 2013, 388 pp. ISBN 9781107529748». *Anais de História de Além-Mar* XV: 474-479.  
<https://doi.org/10.57759/aham2014.37008>.

### Editor | Publisher

CHAM – Centro de Humanidades | CHAM – Centre for the Humanities  
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas  
Universidade NOVA de Lisboa | Universidade dos Açores  
Av.ª de Berna, 26-C | 1069-061 Lisboa, Portugal  
<http://www.cham.fcsh.unl.pt>

### Copyright

© O(s) Autor(es), 2014. Esta é uma publicação de acesso aberto, distribuída nos termos da Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>), que permite o uso, distribuição e reprodução sem restrições em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.

© The Author(s), 2014. This is a work distributed under the terms of the Creative Commons Attribution 4.0 International License (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), which permits unrestricted reuse, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.



As afirmações proferidas e os direitos de utilização das imagens são da inteira responsabilidade do(s) autor(es).  
The statements made and the rights to use the images are the sole responsibility of the author(s).

analisar em que medida as formas de governo local refletiam sua fonte de origem. A primeira analisa a temática tendo em vista o processo de crescimento e expansão, e a segunda afirma a existência de um órgão administrativo principal.

É cediço que o estudo do oceano como ponto de convergências de culturas e encontros fora uma perspectiva adotada originalmente pelo historiador Fernand Braudel. E que tal visão fora compartilhada por outros historiadores e recriada ao sabor das circunstâncias, o que não a torna menos interessante. Tributários desta perspectiva de investigação há vários trabalhos de grande relevância historiográfica. A título de ilustração, podemos citar *O Trato dos viventes: A formação do Brasil no Atlântico Sul*, de Luís Felipe de Alencastro, e *O Atlântico Negro*, de Paul Gilroy — ambos, trabalharam com história do oceano Atlântico, embora possuam enredos totalmente diversos. É indubitável que *Histórias do Atlântico Português* constitui-se num material portador de perspectivas inovadoras para a historiografia. Ainda que tenha sido produzido com um aspecto de «colcha de retalhos» — em que textos produzidos em diferentes épocas foram amarrados num só enredo — os pontos de vista adotados por Russell-Wood no conjunto dos textos, dão nova tônica a temáticas já visitadas pela historiografia. O olhar, os métodos e a rica bibliografia utilizados pelo autor sugerem caminhos profícuos e inéditos aos pesquisadores da história do império português.

Rogéria Cristina Alves

Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais

**Mariana P. Candido**, *An African Slaving Port and the Atlantic World: Benguela and its Hinterland*. Nova York: Cambridge University Press, 2013, 388 pp. ISBN 9781107529748

### **Benguela nas garras do tráfico de escravos**

À historiografia de fôlego, sobre regiões da África envolvidas no tráfico transatlântico de escravos, ao estilo de Philip Curtin, Robin Law e Joseph Miller, vem juntar-se o livro de Mariana P. Candido sobre Benguela e o seu interior durante a era do tráfico atlântico de escravos.

Tão abrangente quanto a sua cronologia são os temas que a autora aborda, embora eles possam ser agrupados de acordo com os debates em que se inserem, explicitados no início do livro e retomados em seus cinco capítulos: «a major reassessment of the impact of the Trans-Atlantic slave trade on African Societies» (p. 8); a «crioulização» ou as transformações culturais que marcaram os habitantes da região em razão do escravismo e do tráfico de pessoas (p. 10–1); o surgimento de uma sociedade escravista na África e os efeitos do colonialismo português (p. 13); e a ênfase no papel de portugueses e luso-brasileiros no escravismo e tráfico em Benguela (pp. 20–1).

Sua principal conclusão, delineada desde o início, é que a violência constituiu o fundamento da colonização portuguesa em Benguela. Nesta história, a violência não foi apenas parteira, mas ama e preceptora: «violence was intrinsic and omnipresent in Benguela, imposing order not only over slaves, but also, and perhaps even more dramatically, over free people» (p. 15)<sup>1</sup>.

A rápida transformação de Benguela num porto de tráfico de escravos é o tema do capítulo 1, «Contacts, Competition, and Copper: Benguela until 1710», no qual a argumenta que o tráfico escravista já era a principal atividade econômica de Benguela ainda na primeira metade do século XVII. Logo depois de os portugueses estabelecerem-se na Baía das Vacas (1617), o fracasso da exploração de supostas jazidas minerais deu lugar à escravização e ao tráfico como fulcro econômico da frágil colônia, tendo a violência como pressuposto e resultado (p. 76). Isto explicaria o interesse holandês em conquistá-la à época da ocupação de Luanda (pp. 69, 176). O fato de que os registros oficiais de escravos exportados por Benguela sejam raros seria devido ao contrabando, uma vez que escravos «benguelas» aparecem em registros no Novo Mundo neste mesmo período.

Pode-se observar, porém, que, embora a hipótese da relevância do contrabando neste período seja plausível, o fato de que a exportação de escravos fosse importante para Benguela não significa que este porto fosse igualmente importante para o mercado atlântico de escravos até meados do século XVII. O tráfico escravista se consolidaria em Benguela na década de 1680, depois dos esforços de expansão da colônia, bem sucedidos em aumentar o controle sobre os sobas do interior e, conseqüentemente, aumentar a coleta de tributos na forma de escravos. Aqui, a autora faz um sugestivo paralelo com o que se passava na Amazônia portuguesa, onde se buscava aumentar o controle sobre os povos nativos<sup>2</sup>.

Aborda, também, um dos temas mais polêmicos da historiografia de Angola na era dos descobrimentos, a saber, a suposta existência de um povo a que os portugueses chamavam «Jagas». Sua conclusão, bastante semelhante às de Joseph Miller<sup>3</sup> é que os «Jagas» foram uma criação dos portugueses. Ser *soba* ou *jaga* era uma distinção política elaborada pelos portugueses: aqueles eram aliados, e estes, inimigos (como ilustra o caso de Peringue, identificado como *jaga*, mas, ao aliar-se aos portugueses, passa a ser chamado de *soba*; o

1 Sobre o papel central da violência na expansão portuguesa em Angola, ver Beatrix HEINTZE, «O fim do Ndongo como Estado independente (1617–1630)» in Beatrix Heintze, *Angola nos séculos XVI e XVII. Estudos sobre fontes, métodos e História*, Luanda, Kilombelombe, 2007, pp. 280–1 e ss. Publicado pela primeira vez em português como B. HEINTZE, «Angola nas garras do tráfico de escravos: as guerras do Ndongo», *Revista Internacional de Estudos Africanos*, n.º 1 (Jan.–Jun. 1984), pp. 11–61.

2 A «coincidência» também pode ser estendida ao que se passava nos «sertões» do Nordeste do Brasil, onde, após a expulsão dos holandeses, a conquista portuguesa avançou às custas dos grupos indígenas. Cf. Pedro PUNTONI, *A Guerras dos Bárbaros*, São Paulo, Hucitec, 2002. Estes paralelismos entre as colônias portuguesas nos dois lados do Atlântico é tema que merece investigação mais profunda.

3 Joseph C. MILLER, «Requiem for the «Jaga», *Cahiers d'études africaines*, Vol. 13, n.º 49 (1973), pp. 121–9. Cf. os comentários céticos sobre as hipóteses de Miller em John K. THORNTON, «A Resurrection for the Jaga», *Cahiers d'Etudes africaines*, Vol. 18, n.º 69–70, (1978), pp. 223–7.

mesmo se deu com o caso do *jaga/soba* de Kakonda, p. 247; de Hiamba, p. 250), embora a classificação também fosse influenciada pelas atividades econômicas e o estilo de vida dos diversos povos em contato com os portugueses: pastores ou agricultores. Em suma, diz a autora, «they only existed in the mind of the Portuguese, unable to identify differences among different groups» (p. 60).

As conclusões da autora sobre este tema poderão ressuscitar o debate em torno dos *jagas*, mesmo porque há indícios de que nem todos os denominados *jagas* pelos portugueses fossem inimigos ou se opusessem à presença dos conquistadores europeus, como se pode ler em textos do século XVII e XVIII, onde alguns aliados dos portugueses são denominados *jagas*<sup>4</sup>.

No capítulo 2, «The Rise of an Atlantic Port, 1710–1850», ela procura demonstrar o profundo impacto político, social, econômico e cultural do comércio escravista em Benguela, contrapondo-se à historiografia que minimiza os efeitos deletérios da «produção» e exportação de escravos nas sociedades africanas<sup>5</sup>. Uma vez mais, a violência é o vetor das transformações observadas. No plano político, o tráfico de escravos levou à instabilidade no interior de Benguela, com lideranças políticas desaparecendo e outras surgindo rapidamente, devido à pressão para obter cativos e assegurar o controle territorial. Mesmo a adoção de uma cultura crioulista por parte dos habitantes locais (incluindo luso-africanos) era um meio de procurar salvaguardar-se da escravização, pois, ao se declarar e ser identificado como português, deveriam entrar para a categoria dos que não eram passíveis de escravização: «[v]iolence shaped all aspects of political and social life, transforming economies and societies» (p. 108).

Todavia, a crioulistização se dava nas duas direções, pois os portugueses também adotaram elementos das culturas locais, tais como o *undamento*, ou seja, a cerimônia de posse de um governante entre os *Ndombe*, que foi transformada no reconhecimento de vassalagem aos portugueses pelos sobas, ou os *mucanos*, tribunais nos estados *Mbundu*, que foram mantidos em Benguela para julgar a validade da escravização de alguém quando contestada.

No capítulo seguinte, «Benguela and the South Atlantic World», a autora insiste no argumento de que o tráfico teve efeitos significativos sobre as sociedades locais. O impacto do comércio atlântico de escravos se estendia pelo interior, integrando e afetando as populações que consumiam ou desejavam consumir os bens importados pelos europeus, o que só era possível se vendessem escravos. Assim, «the Atlantic market changed forever how Africa rulers and their subjects understood war, justice, and protection» (p. 143).

---

4 Antonio de Oliveira CADORNEGA, *História Geral das Guerras Angolanas*, Lisboa, Agência Geral das Colônias, 1940 [1680], Tomo II, pp. 55, 142, 176; Elias Alexandre da Silva CORREIA, *História de Angola*, Lisboa, Ática, 1937 [1787], pp. 301–2.

5 John D. FAGE, «African societies and the Atlantic slave trade», *Past and Present*, Vol. 125, 1 (1989), p. 97–115; David ELTIS e Lawrence C. JENNINGS, «Trade between Western Africa and the Atlantic World in the Pre-Colonial Era», *The American Historical Review*, Vol. 93, n.º 4 (out. 1988), pp. 936–59. John THORNTON, *A África e os africanos na formação do Mundo Atlântico: 1400–1800*. Rio de Janeiro, Campus, 2004, p. 44–88, 99.

Neste capítulo, a organização mercantil do tráfico recebe maior atenção da autora. No século XVIII, existia cerca de uma dúzia de grandes mercadores em Benguela e vários pequenos. Três ou quatro grandes firmas operavam o tráfico com fortes conexões com o Rio de Janeiro, impulsionadas pela demanda aurífera da primeira metade do século. Benguela atraía mercadores devido à possibilidade de escapar ao maior controle das autoridades régias em Luanda. Deve-se acrescentar que a força dos capitais metropolitanos em Luanda também era um obstáculo à atuação de mercadores estabelecidos no Brasil, que buscavam, então, comercializar nas margens do sistema atlântico português<sup>6</sup>.

A autora enfatiza o papel das mercadorias do Brasil no tráfico bilateral, considerando o tráfico triangular um mito, generalizando, parece-me, a situação de Benguela para o tráfico português como um todo, afirmando que, após 1808, «Brazilian goods dominated the import market in Benguela» (p. 166), o que parece pouco provável, dada a enxurrada de bens e capitais ingleses e norte-americanos com a abertura dos portos<sup>7</sup>.

Ela procura demonstrar como os *men on the spot*<sup>8</sup>, incluindo os oriundos do Brasil, desempenhavam papel central na geração de cativos no interior da colônia, envolvidos nas guerras («justas», punitivas), na imposição de taxas e tributos aos sobas<sup>9</sup>, todas consistindo em mecanismos de produção de cativos. Mesmo as «ofertas» das autoridades locais aos oficiais régios não eram «verdadeiros presentes», na lógica do dom, mas comércio disfarçado. Portanto, contrapõe-se à ênfase dada à «agência» africana no tráfico de braços<sup>10</sup>.

Igualmente, discorda que os mecanismos de geração de cativos que não envolviam as guerras, como mecanismos judiciais, tributos e escravidão por dívidas (p. 227), consistissem em meios pacíficos. Para ela, estes eram parte de um sistema e de uma ordem social violenta:

The maintenance of violence for more than 200 years led to political instability and social change in and around Benguela. South Atlantic commerce only favored colonizers and the merchant elite along the western shore of the ocean. African elites acquired disposable goods, whereas African slave labor generated wealth for the elites in the New and Old Worlds (p. 190).

- 
- 6 Joseph MILLER, *Way of Death: Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade, 1780–1830*, Madison, Wisconsin, University of Wisconsin, 1988, p. 238 e cap. 12.
- 7 David ELTIS, *Economic Growth and the Ending of the Transatlantic Slave Trade*, Nova York, Oxford University Press, pp. 47–61. Gerald HORNE, *O Sul mais distante. O Brasil, os Estados Unidos e o tráfico de escravos africanos*, São Paulo, Companhia das Letras, 2010.
- 8 A autora remete à análise de Jean WILLIS, «“Men on the Spot”. Labor, and the Colonial State in British East Africa: The Mombasa Water Supply, 1911–1917», *The International Journal of African Historical Studies*, Vol. 28, n.º 1 (1995), pp. 25–48. No entanto, o autor parece conceder maior peso aos indivíduos representantes do estado colonialista e àqueles que intermediavam as relações entre os povos locais e os administradores sobre a política praticada na colônia do que Mariana Candido o faz para o caso de Benguela.
- 9 Beatriz Heintze sustenta argumento análogo em B. HEINTZE, «Os tributos angolanos no séc. XVII» in B. Heintze, *Angola nos séculos XVI e XVII. Estudos sobre fontes, métodos e história*, Luanda, Kilombelombe, 2007, pp. 437–72.
- 10 Tal ênfase tornou-se moeda corrente em parte da historiografia brasileira, também; cf. Roquinaldo FERREIRA, «A primeira partilha da África — decadência e ressurgência do comércio português na Costa do Ouro (ca. 1637–ca. 1700)», *Varia Historia*, vol. 26, n.º 44 (jul./dez. 2010), pp. 489 e ss., onde se fala da «supremacia africana» no comércio escravista em solo africano.

Assim, mostra-se de acordo com aqueles que ressaltam o impacto profundamente negativo do tráfico escravista em África, que inclui Walter Rodney, Patrick Manning, Paul Lovejoy, Joseph Inikory, entre outros. Este último autor chama a atenção para os ganhos de curto prazo, concentrados nas elites, e as perdas de longo prazo, que afetaram as sociedades como um todo<sup>11</sup>.

O capítulo 4, «Mechanisms of Enslavement», apresenta fenômenos de escravização, como as guerras, as razias, instituições judiciais, raptos, que, tal como em Benguela, eram endêmicas nas regiões da África envolvidas no tráfico transatlântico de escravos. Por outro lado, a autora faz uso do estudo de casos para ir além dos limites que ela aponta da análise quantitativa do tráfico, que «tend to conceal the fact that those numbers represent human beings who faced physical and mental violence.» (p. 198). Não me parece, contudo, que seja necessário opor as duas abordagens, pois o conhecimento dos números do tráfico ajuda a estimar o seu impacto socioeconômico nas sociedades de origem dos cativos. A análise qualitativa, que ela empreende com engenhosidade a partir dos casos que a documentação permite conhecer, leva à quase completa ausência de dados quantitativos no livro, que poderiam ser incorporados ao texto, no mínimo para ilustrar o aumento das exportações de cativos por Benguela<sup>12</sup>.

Ainda neste capítulo, discorda da ocorrência de uma fronteira de escravização<sup>13</sup>, cujo avanço dividiria as áreas entre aquelas onde a violência imperava daquelas onde predominavam os meios mais pacíficos do comércio e cujos habitantes estariam protegidos da escravização. Procura demonstrar que pessoas vivendo dentro de áreas controladas pelos portugueses ou que mantinham relações de longa data com os conquistadores também eram capturadas e vendidas como escravas, incluindo luso-africanos sob jurisdição portuguesa ou de sobas aliados, muitas vezes em áreas próximas do litoral.

No quinto e último capítulo, «Political Reconfiguration of the Benguela Hinterland, 1600–1850», são retomados e aprofundados alguns pontos já tratados. A autora argumenta que à medida que velhos estados e chefias entraram em colapso e outros novos emergiram no contexto de violência, alterou-se a paisagem política, reforçando a fragmentação, tornando o interior de Benguela uma «land of migration, relocation, and change between 1600 e 1850» (pp. 238–9).

---

11 Walter RODNEY, *How Europe Underdeveloped Africa*, London, Bogle L'ouverture, 1972. Paul LOVEJOY, «The Volume of the Atlantic Slave Trade: a Synthesis», *The Journal of African History*, Vol. 23, n.º 4 (1982), pp. 473–501; Joseph INIKORI, «Ideology versus the Tyranny of Paradigm: Historians and the impact of the Atlantic Slave Trade on African Societies», *African Economic History*, n.º 22 (1994), pp. 37–58.

12 Há exceções: os números das exportações da década de 1790 e do período 1700–1850, pp. 181 e 189. A autora considera que os dados do *Trans-Atlantic Slave Trade* subestimam as exportações daquele século e meio, em parte porque «slave departure estimates before 1700 are not available» (grifos acrescentados); porém, não fica claro como os dados do século XVII influenciariam os números dos séculos XVIII e XIX.

13 MILLER, op. cit., pp. 140–3.

A fluidez identitária, em razão da mobilidade das pessoas e seus líderes, leva-a a contestar a existência de uma etnia na região, como demonstram os casos dos reinos de Wambu, Mbailundu e Viye, englobados, após 1850, como Ovimbundu, denominação inexistente nos séculos anteriores (pp. 292–3). Este ponto é relevante, entre outras razões, porque aponta para o equívoco de perguntar-se porque os «africanos» escravizavam seus conterrâneos ou criticar o escravismo baseado numa suposta homogeneidade entre os povos de Angola ou qualquer outra região da África<sup>14</sup>. Pelo contrário, a ocorrência da escravização e do tráfico estimularam a fragmentação política (p. 290).

Com esta história de Benguela, Mariana P. Candido amplia nosso conhecimento do escravismo e do tráfico atlântico de escravizados, mas, sobretudo, traz para o centro do debate historiográfico o papel protagonista da violência, que esteve na raiz do colonialismo e da ocupação territorial na África.

Gustavo Acioli Lopes

Universidade Federal Rural de Pernambuco

**Leo Balai**, *Het Slavenchip Leusden, Slavenschepen en de West-Indische Compagnie, 1720–1738*, Zutphen, Walburg Press, 2011, 368 pp. ISBN 9789057307294

**Carla Boos et al**, *De Slavernij. Mensenhandel van de koloniale tijd tot nu*, Amsterdam, Uitgeverij Balans, 2011, 229 pp. ISBN 97894660033346

**Gert Oostindie**, *Postcolonial Netherlands. Sixty-five years of forgetting, commemorating, silencing*, Annabel Howland (transl.), Amsterdam, Amsterdam University Press, 2011, 287 pp. ISBN 9789089643537

### **Coming to terms with the past: slavery and the slave trade in Dutch society**

Even though slavery and the slave trade in the Atlantic Ocean was a multi-national enterprise, it continues to be studied from one nation's perspective. For example, to a general audience, slavery and the slave trade is often seen as part of the American South, and not part of the Dutch colonies or the Netherlands. Indeed, slavery has only recently become part of the official high school curriculum in the Netherlands. However, this neglect is changing. Even though Dutch historians have long written specialized studies of Dutch involvement in slavery and the slave trade, media attention and general interest in the Dutch legacy has grown, particularly as it is the 150<sup>th</sup> anniversary of abolition in Surinam and the Dutch Antilles.

14 Ver a argumentação de Anne C. BAILEY, *African Voices of the Atlantic Slave Trade. Beyond the shame and the silence*, Massachusetts, Beacon, 2005, p. 62.